

A IMPORTÂNCIA DAS REDES DE RELAÇÕES SOCIAIS EM ASSENTAMENTOS RURAIS: O CASO DO ASSENTAMENTO CHE GUEVARA, OCARA-CEARÁ

João Bosco C. Araújo¹
José Carlos M. Pimentel²
Francisco Fábio de A. Paiva³
Francisco de A. Marinho⁴
José Carlos R. Sousa⁵

RESUMO

A atual configuração do desenvolvimento local em vários Assentamentos da Reforma Agrária sob responsabilidade do INCRA, em geral traz em si um emaranhado de ações que não apresentam uma interação desejada. Observam-se que recursos são aplicados a fundo perdido, e não apresentam resultados esperados. Entanto, há exceções, onde a configuração de rede de relações sociais, bem estruturadas, fruto da organização e participação dos assentados e organismos públicos federais, estaduais e municipais, como também, de empresas privadas e Organizações Não Governamentais, configura a demarcação de um territorial e de um espaço propício para um desenvolvimento local sustentável. Dentro desse contexto, o trabalho objetiva-se analisar o papel da figura do assentamento na reconstrução do território através da introdução de elementos novos no campo, os quais são responsáveis por uma re-configuração do espaço rural. Para tanto, elegeu-se como objeto de estudo o Assentamento São José II também denominado Che Guevara, localizado no Município de Ocara - Ceará. Observando-se que a adoção de tecnologias geradas pela Embrapa Agroindústria Tropical, e as parcerias com a Fundação Banco do Brasil, Incra, Sebrae, Incubadora de Cooperativas da UFC, Ematerce e outras instituições, possibilitou àquele assentamento a delimitação do seu espaço, trazendo consigo a legitimidade e um sentimento de pertença, que contribuíram para o empoderamento e uma nova dinâmica de participação dos atores sociais no processamento de desenvolvimento sustentável do assentamento.

Palavras-chave: assentamentos; rede; parceria; desenvolvimento local; território.

INTRODUÇÃO

A criação de assentamentos rurais é um instrumento de política pública mantida pelos Governos Federal e Estadual que tem como principal objetivo atenuar o impacto

¹ Filósofo, Especialista em História e Sociologia, Assistente A Embrapa Agroindústria Tropical bosco@cnpat.embrapa.br, Rua Dra. Sara Mesquita, nº 2270, Planalto PICI, Fortaleza - Ceará, CEP 60.511-110

² Eng. Agr., Doutor em Zootecnia, Pesquisador da Embrapa Agroindústria Tropical machado@cnpat.embrapa.br

³ Eng. Agr., Mestre Tecnologia de Alimentos, Pesquisador da Embrapa Agroindústria Tropical fabbio@cnpat.embrapa.br

⁴ Assistente de Pesquisa, Embrapa Agroindústria Tropical marinho@cnpat.embrapa.br

⁵ Estatístico. Especialista em Informática. Analista B, Embrapa Agroindústria Tropical zeca@cnpat.embrapa.br

Realização: Nupred; Uniana: SIPAM

da violência e dos conflitos sociais gerados no campo pela falta de terras para determinado segmento de produtores rurais. Que vieram a ganhar dimensão a partir do surgimento das Ligas Camponesas no Nordeste do Brasil.

Atualmente no Brasil os assentamentos rurais que atuam sob a ótica das famílias assentadas, têm como enfoque na produção familiar um maior controle no tempo de trabalho, fruto de um reaprendizado e redefinições de novas atribuições, que dantes não pertenciam a suas relações sociais. Dessa forma, esse aprendizado e a redefinição de seu papel a partir da posse da terra, conferem à possibilidade de interagir com um novo modelo de práticas sociais. A possibilidade de conhecer e relacionar-se com o público e o privado: Mercado, Instituições de Educação, Pesquisa e Desenvolvimento, entre outras, permite construção e/ou reconstrução de uma rede de parcerias, tendo como um dos seus principais efeitos a possibilidade de controle dos seus meios de produção.

Para a viabilização do Desenvolvimento Local, em assentamentos rurais, é necessário o estabelecimento de duas competências. A primeira envolve diretamente os assentados, pois necessitam ter na comunidade organização, confiança, cooperação, iniciativa, solidariedade social e participação social, elementos como base do Capital Social. Segundo, a capacidade de viabilizar uma Rede de Relações Sociais, ou seja; parcerias multi-institucionais para implantação de projetos técnicos, formação e capacitação voltada às atividades produtivas. Essas competências, possibilitam a inserção social e econômica dos assentados, pressupostos necessários para melhoria na qualidade de vida.

Buscando apresentar uma experiência positiva, o presente trabalho, faz um recorte espacial e temporal do assentamento rural Che Guevara, no município de Ocara, localizado no Estado do Ceará. Apresentando a importância da assimilação do Capital Social e da formulação de uma Rede de Relacionamento Social, que vem a permitir aos assentados condições dignas para o exercício da sua cidadania, e possibilitando ultrapassar obstáculos sociais, econômicos e políticos, que direta ou indiretamente convergem para o sucesso de projetos público e privados voltados aos assentamentos da reforma agrária tanto Federal quanto Estadual.

ASSENTAMENTOS RURAIS

Os Assentamentos rurais surgiram a partir das lutas do campesinato que tiveram origem a partir de movimentos sociais no Nordeste do Brasil, e que vieram a dar origem no Sudeste e no Sul do Brasil ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, surgido no Rio Grande do Sul durante o governo militar em oposição às políticas agrárias desenvolvidas pelo governo que visavam a modernização da agricultura. Sua origem se deve entre vários outros fatores a expulsão dos arrendatários da Fazenda Nonai, dos índios kaingang, em Santa Catarina que ficaram sem terra para trabalhar e se juntaram ao acampamento organizado pelo MST, com o apoio da Central Única dos Trabalhadores - CUT e de setores progressistas da Igreja, Pastoral da Terra - PDT, fato ocorrido em fevereiro de 1981 no Rio Grande do Sul, e que veio a reunir mais de quinhentas famílias em um acampamento (MANÇANO, 1989).

O que é um assentamento rural do INCRA? Segundo o próprio INCRA (2005), o:

Assentamento é o retrato físico da Reforma Agrária. Ele nasce quando o INCRA, após se imitar na posse da terra (recebê-la legalmente) transfere-a para trabalhadores rurais sem terra a fim de que a cultivem e promovam seu desenvolvimento econômico. O assentamento é, portanto, razão da existência do INCRA.

Na visão de Jara (1998), o assentamento “é uma complexidade, uma especificidade de integração social, uma conquista coletiva, um pequeno patrimônio produtivo diferenciado e, também uma instituição tutelada e burocratizada, que com frequência resiste à emancipação”. Livrá-los da tutela do Estado, logrando essa emancipação política é, pois, o atual e grande desafio da política nacional de Reforma Agrária. Evidentemente, tal objetivo está na dependência de que se costure no País uma efetiva e persistente parceria multi-institucional, na qual a pesquisa agropecuária tem um papel relevante: o de contribuir para que se promovam inovações nos sistemas produtivos, com ampla participação dos assentados e norteados por princípios de sustentabilidade. Nessa perspectiva Bergamasco e Norder, (1996), observaram o estabelecimento de cinco tipos de assentamentos rurais:

Projetos de colonização formulados durante o regime militar, visando a ocupação de áreas devolutas e a expansão da fronteira agrícola; reassentamento de populações atingidas por barragens de usinas hidrelétricas; planos estaduais de valorização de terras públicas e de regularização possessória, programas de reforma agrária através da desapropriação por interesse social e a criação de reservas extrativistas para

seringueiros da região amazônica e outras atividades voltadas ao aproveitamento de recursos naturais renováveis.

Segundo Ferrante (1999), os assentamentos rurais são "projetos públicos", "ações aparentemente não-políticas" efetuadas pelo Estado, responsável pela alocação das populações e pelo "traçado das rígidas regras de vocação agrícola e de produtividade", que representam interesses e relações de poder⁶ das classes envolvidas, visando diminuir o quadro de pobreza⁷, e acrescenta que:

O assentamento aparece como uma dádiva oferecida pelo governo a que os assentados não têm o que questionar, os assentados são pensados como agentes em mutação, numa concepção de mudança em que o comportamento dos assentados ou a construção desses é orientada, sofrendo alterações na sociabilidade e nas formas de organização políticas propiciadas através do associativismo e do cooperativismo. Entretanto, esse processo não ocorre sem impasses e se faz presente na relação dos assentados com o poder local, ora recusando, ora aceitando as políticas a serem implantadas, o espaço social por sua vez é permanentemente reproduzido o que permite a adaptação, aceitação ou assimilação de forma diferente da que foi planejada pelo governo.

Dessa forma, o Assentamento Rural é a expressão da luta de uma categoria de excluídos pelo direito a terra e um espaço para produção e reprodução, conquistada pela força e pela unidade, a partir de uma conscientização político ideológica sobre o direito do cidadão, que deve ser reconhecido e aceito tanto pela sociedade e como pelo Estado. Para Medeiros et al, (2004):

Podemos falar dos assentamentos como ponto de chegada, ou seja, como uma entre outras possibilidades de mobilidade e integração social na qual se empenham os diversos movimentos sociais rurais, no processo de luta pela posse da terra. O impacto proporcionado nos parece importante pela transformação de um amplo setor de "excluídos" em sujeitos políticos, novos atores em cena...Por outro lado, podemos também falar dos assentamentos como ponto de partida, ou seja, como a situação a partir da qual o produtor beneficiado busca – já num patamar diferenciado – implementar projetos tecno-produtivos, praticar uma nova sociabilidade interna aos núcleos de reforma agrária e inserir-se num jogo de disputas políticas visando sua reprodução.

OS ASSENTAMENTOS RURAIS NO CEARÁ

Segundo Holanda (2006), no Estado do Ceará, o processo de desapropriação de terras, com o fim de Reforma Agrária, está alicerçado em uma tríade, cercada por

⁶ Em Foucault (1993), o poder é como uma esfera e deve ser analisado a partir de um movimento circular, ele funciona como uma cadeia, não se localiza em um ponto determinado e, nem tão pouco, está na mão de um só, pois o poder é exercido em rede. Os indivíduos estão sempre circulando nas esferas do poder, exercendo ou sofrendo sua ação. O poder não se aplica aos indivíduos, mas passa por eles.

fatores sociais, econômicos, políticos e culturais e dentro de um quadro histórico e distinto.

O primeiro verse dessa tríade, veio a se desencadear nos conflitos entre moradores e patrões. Teve início em plena vigência da ditadura militar, apoiado pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), Comissão Pastoral da Terra (CTP), Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP), Federação dos Trabalhadores Na Agricultura do Estado do Ceará (FETRAECE) e Organizações não Governamentais (ONG's), (Holanda, 2006).

O poder do latifundiário sobre o trabalhador vem a usurpar grande parte da sua produção, isto ficou muito acentuado no final da década de 1970, O sertanejo trabalha de sol a sol, com sua renda denominada de meia, onde 50% do que produz entrega ao proprietário da terra. Pelo *Estatuto da Terra*⁸, esse pagamento deveria ser de apenas 10%. Em função desse quadro, os trabalhadores se engajaram e passaram a lutar pelos seus direitos, (Holanda, 2006).

A primeira desapropriação de terras para a Reforma Agrária, realizada pelo INCRA no Estado do Ceará, ocorreu no ano de 1970. A fazenda denominada de Japuaru, localizada no Município de Canindé, tendo como proprietário o Senhor Júlio César Campos, que durante cinco anos teve diversas desavenças com os moradores, levando a um conflito violento que no final causou a morte de um trabalhador, dois capangas, um soldado e uma agente do Departamento de Ordem Política e Social – DOPS, (Holanda, 2006).

O primeiro conflito de terra objeto de luta da “questão da renda” veio a ocorrer na fazenda Monte Castelo, localizada no Município de Quixadá no ano de 1978, fruto de um curso sobre “Renda da Terra”, que teve a frente de sua organização a paróquia de Aratuba. Após a conscientização de seus direitos, os moradores resolveram que o pagamento da “meia” seria apenas de 10%, conforme estabelecido pela Lei. Das 87 famílias, apenas 27 participaram dessa decisão. O proprietário achando-se afrontado perante o seu poder de mando, ordena que sejam despejados. As famílias contratam um advogado e por decisão judicial ganham a causa. O proprietário indignado com tal decisão, da ordem ao capataz para agir com violência contra seus ex-trabalhadores. O

⁸ Lei no 4.504, de 30 de Novembro de 1964.

conflito tomou grande proporção, chegando a troca de tiros entre trabalhadores e gerente, o qual veio a falecer vitimado pelo tiroteio. Os trabalhadores acionaram a justiça solicitando a desapropriação do imóvel, baseados no conflito social existente, no ano de 1982 a fazenda é desapropriada e as 87 famílias assentadas, (Holanda, 2006, pg. 23).

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), chega ao Ceará em 1989, dando início a ação de ocupação e resistência na Fazenda São Joaquim, situada no Município de Madalena, a partir daí, surgiram outras ocupações, sendo alvo as fazendas São José dos Carneiros em 1989; Tiracanga em 1989; Baixa Fria em 1990. Nos Municípios de Madalena, Quixadá, Canindé e Santana do Acaraú, respectivamente, (Holanda, 2006, pg. 25).

No período de 1995 a 1997, o Governo Federal, dá outro rumo a Reforma Agrária no Brasil, passando a compra de terras através da desapropriação e em seguida selecionando famílias para morarem. Entretanto, o Programa do Governo Federal passou a comprar terras impróprias para produção e na maioria das vezes sem infraestrutura básica. Em muitos casos o processo de venda era iniciado pelo próprio latifundiário oferecendo suas terras ao INCRA⁹. No Estado do Ceará, através desse processo de desapropriação, compra-se a fazenda Charneca no Município de São João do Jaguaribe e Barra do Feijão no Município de Tabuleiro do Norte, (Holanda, 2006, pg. 28).

A DETERMINAÇÃO DO ESPAÇO E TERRITÓRIO NO ASSENTAMENTO

A noção de território pode ser compreendida como resultante de um processo histórico de construção do espaço pelos agentes sociais, que por sua vez lhe imprimem suas características socioculturais. Segundo Santos (1996), a construção dos territórios, dar-se a partir da projeção do trabalho sobre o espaço. Para o referido autor, o território não é território em si mesmo e para si mesmo, pois o que vem a fazer-lhe território é o seu uso e, este uso, faz do território um objeto de análise social, dessa forma sujeito as mudanças impostas pelos agentes sociais, que o transformam.

⁹ Segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA (2007), existem atualmente no Estado Ceará 384 Assentamentos Federais, e para a Secretária de Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará - SDA, existem 364 Assentamentos Estaduais, totalizando 748 Assentamentos Rurais em todo o Estado.

Ainda em Santos (1996), a configuração do espaço é entendida como resultante do ponto de convergência entre a configuração territorial, a paisagem e a sociedade. A noção de território denota uma representação coletiva, a partir de uma ordenação espacial. Para Vilela *et al.* (2007) citando (MALDI, 1997) afirma que a transformação do espaço em território é um fenômeno de representação em que os grupos humanos constroem sua relação com a materialidade, num ponto em que a natureza e a cultura se fundem.

No espaço demarcado dos assentamentos, são construídas as relações do homem com a materialidade, embora a estruturação e o parcelamento sigam orientação da ideologia incorporada pelo grupo, a fronteira e primeiramente influenciada e, ou, limitada pelo espaço, prévia e naturalmente demarcada. As relações ideológicas, culturais e políticas construídas definem a fronteira e é uma dimensão simbólica que ultrapassa os limites físicos do assentamento (VILELA, et al 2007).

Para Vilela et al (2007), como qualquer categoria social, os assentamentos estão sujeitos a influências externas ao seu espaço físico, traduzidas nas formas de relações socioeconômicas e culturais com a região em que se inserem. Tais relações, traduzidas nas mais diversas formas, culminam em expansões de fronteiras, potencializadas quando os assentados representam categorias culturais diversas daquelas existentes. Conhecer o espaço, dominar o território é antes de tudo um exercício de força e de poder no espaço social.

NOÇÃO DE CAPITAL SOCIAL

O Capital Social (CS) expressa a dinâmica das relações de organização, confiança, cooperação, iniciativa, solidariedade, e participação entre os indivíduos de uma determinada comunidade que contribuem de forma efetiva, na formação de um senso de responsabilidade da própria comunidade sobre seus rumos. Abstrato, esse elemento manifesta-se em ganhos concretos sobre a resolução de seus problemas, viabilizando um maior acesso a direitos e conseqüentemente a melhoria da qualidade de vida. A formação de um Capital Social pressupõe que a comunidade passe a atuar como sujeito compreensivo e ativo em seu meio social, ao invés de mero beneficiário das políticas assistencialistas, Melo Neto e Froes (2002).

Os estudos sobre CS são divididos em categorias como: estoque, recursos, comutatividade, redes sociais, confiança, convivência e compromisso cívico, oriundas do campo de estudo da economia e das ciências sociais, nessas, busca recursos na sociologia, antropologia, ciência política, educação entre outras. Para Putman (1995), uma comunidade ou sociedade possuidora de estoques significativos de Capital Social, Redes Sociais de compromisso cívico, incitam a prática geral de reciprocidade e facilitam o surgimento da confiança mútua.

O CS é definido como “o conjunto de interpretações locais que permitem a perseguição de um projeto coletivo de pequeno âmbito”, (Melo Neto e Froes 2002; Putman 1995; Bourdieu 1980).

Enquanto o sociólogo Pierre Bourdieu (1980), define CS como “uma agregação de recursos potenciais e reais vinculados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de familiaridade e reconhecimento mútuo”. Para o autor, o Capital Social é um recurso do qual, os indivíduos e os grupos sociais dispõem, tecendo um conjunto de relações e redes de ajuda mútua que podem ser mobilizadas efetivamente para beneficiar o indivíduo ou sua classe social.

Assim visto, o Capital Social é propriedade dos indivíduos e do grupo, e também estoque e base de um processo de acumulação que possibilita as pessoas estratégias de empoderamento, favorecendo-os na competição social.

PROJETO DE ASSENTAMENTO SÃO JOSE II (CHE GUEVARA)

Denominado por Projeto de Assentamento São José II¹⁰ ou Assentamento Che Guevara, está localizado entre os paralelos: Latitude S: 4° 26' 56'' Longitude W: 38° 77' 52'. Na Zona Rural do Distrito de Serragem, distante 56 km da sede do Município de Ocara.

Foi fundado em 31 de setembro de 1999, possui uma área de 1.388 hectares, conta, atualmente, com 45 famílias, das quais 85% participaram do processo de formação do assentamento, e cerca de 15% eram moradores do imóvel (COPASAT, 2001).

¹⁰ Portaria de criação datada de 31 de agosto de 1999 e Decreto de criação nº. 0043. MDA/INCRA

O imóvel rural denominado Fazenda São José, que segundo depoimento de assentados, os quais eram antigos moradores, desenvolvia a exploração de pecuária de gado bovino. Sendo que as atividades agrícolas eram exercidas quase que exclusivamente pelos moradores, os quais pagavam renda de 50% da produção ao dono do imóvel.

Os assentados são provenientes dos municípios de: Ocara, Chorozinho, Pacajus, Baturité, Aracoiaba e Fortaleza, 95% trabalhavam como meeiros ou diaristas e 5% trabalhavam com carteira assinada em diversas profissões.

A infra-estrutura física do assentamento (Figura 1) é composta por: 3 vilas: Santa Isabel, Bela Vista e Nova Esperança; 5 açudes: Sede, Damata, Novo, Pedrical e Velho. Sendo que o primeiro tem capacidade hídrica média para 18 meses, e outros para até 12 meses; 01 minifábrica de castanha de caju; 01 minifábrica para produção de ração com caju; 01 minifábrica para produção de cajuína e doces; 01 casa sede; 04 galpões; 01 estábulo; 02 currais; 01 casa de farinha; 01 trator; 01 telefone comunitário; área com vegetação e pastagem nativa; área de proteção ambiental; áreas com plantio de cajueiros comum e anão; estradas; criação de gado; criação de ovinos e caprinos e energia elétrica.

Os assentados trabalham com a colheita do caju, em uma área com 45 ha de cajueiro comum e 120 ha de cajueiro anão-precoce, sendo que uma parte da produção dos frutos é vendida para empresas de suco da região e a outra usada para produção de ração animal. A produção de castanha tem uma parte vendida para comerciantes da região e a outra é processada na minifábrica de castanha de caju existente no assentamento. A agricultura é de subsistência e as culturas trabalhadas são: feijão, milho e mandioca. Há criação de bovinos de corte e leiteiro, caprinos, ovinos, suínos, aves. Os trabalhos são executados de forma coletiva e individual.

Os assentados têm como entidade representativa a Associação Comunitária dos Assentados e Assentadas do Assentamento Che Guevara - ACACG, composta por um Presidente e dois Diretores. Embora, seja importante salientar o trabalho executado por grupos de jovens, mulheres e adultos, em várias atividades econômicas desenvolvidas no assentamento. Existindo Estatuto e Regimento Interno que discriminam as normas e finalidades do Assentamento. Em casos contritos de controvérsia a que todos têm que

observarem a Assembléia Geral é a instancia maior para resolvê-los, com a participação de todos os associados.

Para Francisco de Assis (De Assis), atual Presidente da ACACG, o Assentamento começou seu desenvolvimento com a instalação da Minifábrica de Castanha de Caju, desenvolvida pela Embrapa Agroindústria Tropical em parceria com o Programa Fome Zero e a Fundação Banco do Brasil, em suas palavras:

A gente aqui, vivia uma situação sacrificada, sem empregos e com pouco dinheiro, com essa minifábrica de castanha, hoje tem emprego para muita gente, e da para ganhar algum dinheiro.

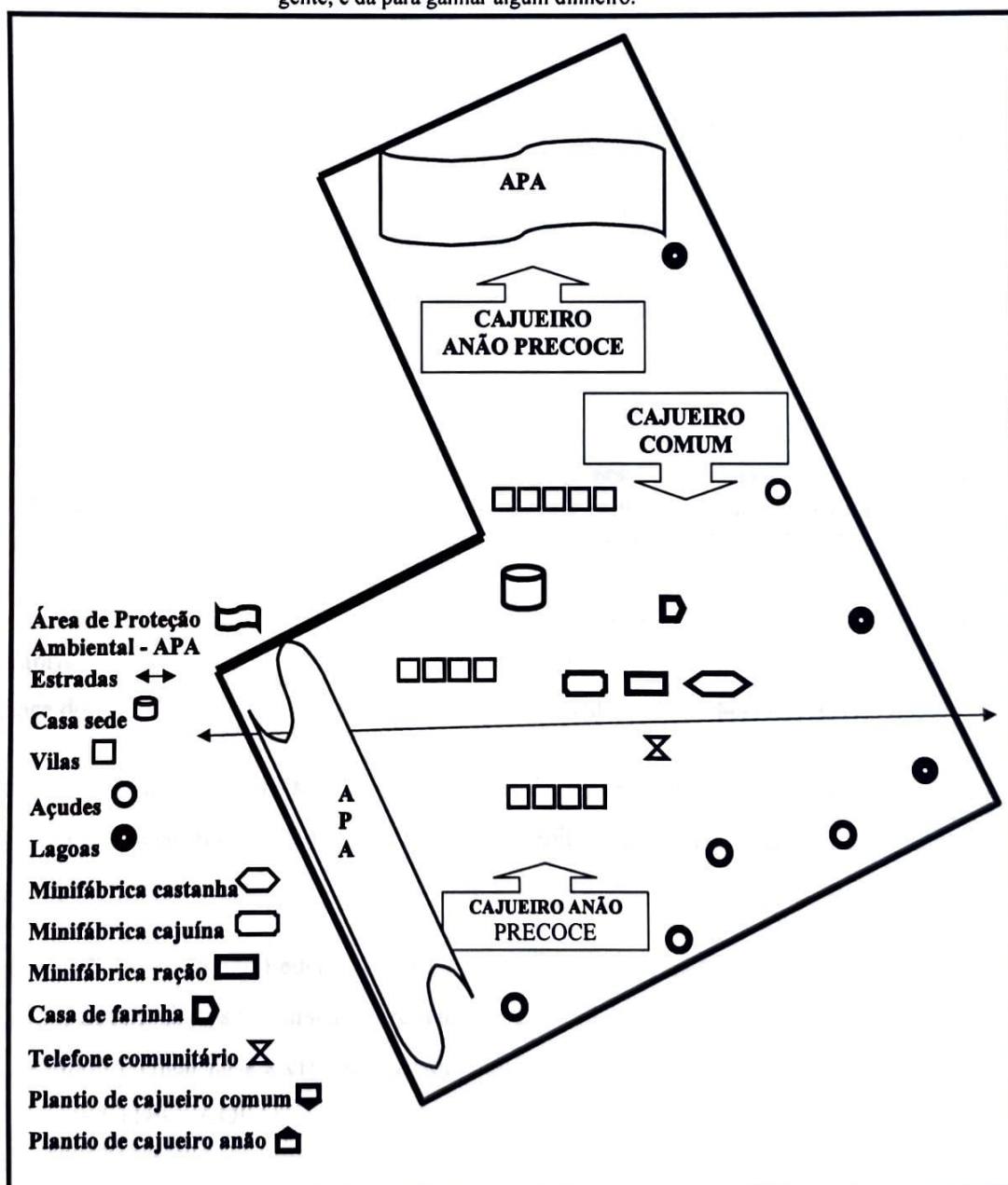


Figura 1 - Infra-estrutura física do Assentamento Che Guevara

REDE DE RELAÇÕES SOCIAIS NO ASSENTAMENTO CHE GUEVARA

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa, através da sua unidade Embrapa Agroindustrial Tropical, iniciou sua atuação no Assentamento Che Guevara, com a formação de parceria com a Fundação Banco do Brasil - FBB, Serviço de Apoio as Pequenas e Médias Empresas-SEBRAE, Universidade Federal do Ceará-UFC através da Incubadora de Cooperativas, Telemar Norte e Leste S/A, e Programa Fome Zero, para a construção da minifábrica de castanha de caju (Foto 1). A Embrapa Agroindústria Tropical, participou do desenvolvimento e instalação de uma minifábrica de ração com caju e uma minifábrica para produção de cajuína e doces (Foto 2).



**Foto 1 – Minifábrica de castanha de caju
Caju – Assentamento Che Guevara**



**Foto 2 – Minifábricas de Ração e Cajuína -
Assentamento Che Guevara**

A Embrapa Agroindústria Tropical, ministrou treinamentos de Boas Práticas de Fabricação – BPF's e Boas Práticas Agrícolas – BPA's, Produção de cajuína e doces a base do caju, ração com caju, enxertia de cajueiro e substituição de copas de cajueiro.

A atuação do SEBRAE deu-se por meio de treinamentos em associativismo, gestão empresarial e consultoria técnica para administração da minifábrica de castanha de caju.

A Universidade Federal do Ceará - UFC, através da Incubadora de cooperativas, proporcionou diversos cursos e treinamentos sobre cooperativismo, como também, assessoria técnica para a criação da Cooperativa Agroindustrial do Assentamento Che Guevara LTDA – COPAC.

A Empresa de Telecomunicações Telemar, instalou um telefone comunitário no assentamento, para viabilizar a comunicação com o ambiente externo, e ao mesmo tempo, a operacionalização da minifábrica.

A Fundação Banco do Brasil – FBB implantou com recursos próprios um ilha digital, composta por 11 computadores, uma impressora, periféricos e acesso a Internet.

A Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, atua no assentamento através da venda financiada de castanha de caju para a produção de Amêndoa.

A Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceara – SDA, através da sua vinculada Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATERCE vem desenvolvendo um amplo programa de desenvolvimento, denominado Programa São José, que visa garantir a permanência das famílias na terra e busca promover o desenvolvimento sustentável das comunidades e dos assentamentos rurais com projetos geradores de trabalho e renda e de investimentos em infra-estrutura, No assentamento o Projeto São José, financiou a fundo perdido a reforma do estábulo, construção de um aprisco, 14 km de cerca de arame, 50 ha de raleamento, 2 ha de capim elefante, 2 ha de capim pisoteio, um brete e duas cisternas de placa. Visando dar maior visibilidade ao Assentamento, a SDA lançou o programa de vacinação da febre aftosa para o ano de 2008 no Estado do Ceará, naquela localidade.

O Banco do Nordeste – BNB e o Banco do Brasil BB , atuam no Assentamento através do financiamento de projetos para a aquisição de mudas cajueiro, compra de castanha de caju para produção de amêndoa, compra de animais (bovinos, ovinos e caprinos), PRONAF (A).

A Universidade Estadual do Ceará – UECE, e o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST atuam no assentamento por meio da realização de um curso de Educação de Jovens e Adultos – EJA, para 35 assentados.

COPASAT atua na assistência técnica para o PRONAF (A) e COPACAJU como Unidade centralizadora para o recebimento de amêndoas produzidas por todas as minifábricas.

A Comissão Pastoral da Terra – CPT e o Centro de Pesquisa e Assessoria - ESPLAR, formaram parceria para a construção de 45 cisternas de placa no Assentamento.

A Prefeitura Municipal de Ocara doa insumos para os assentados e em parceria com o INCRA, viabilizou a terraplanagem de 15 km da via de acesso ao Assentamento.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, possibilita a reforma das residências e a integração produtiva.

Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos – COGER, esta perfurando um poço profundo e irá também instalar um desalinizador.

É importante salientar que o objetivo de todas essas parcerias é fortalecer uma Rede de Relações Sociais (Figura 2), visando contribuir para que haja um desenvolvimento local no assentamento. A minifábrica de castanha de caju, em operação de março de 2006 emprega atualmente 24 pessoas, das quais 19 são mulheres, a renda para essas pessoas aumentou em cerca de R\$ 300,00 reais mês. Essa unidade de produção processou em 2007, 250 mil toneladas de castanha de caju, produzindo 50 mil toneladas de amêndoas de castanha de caju.

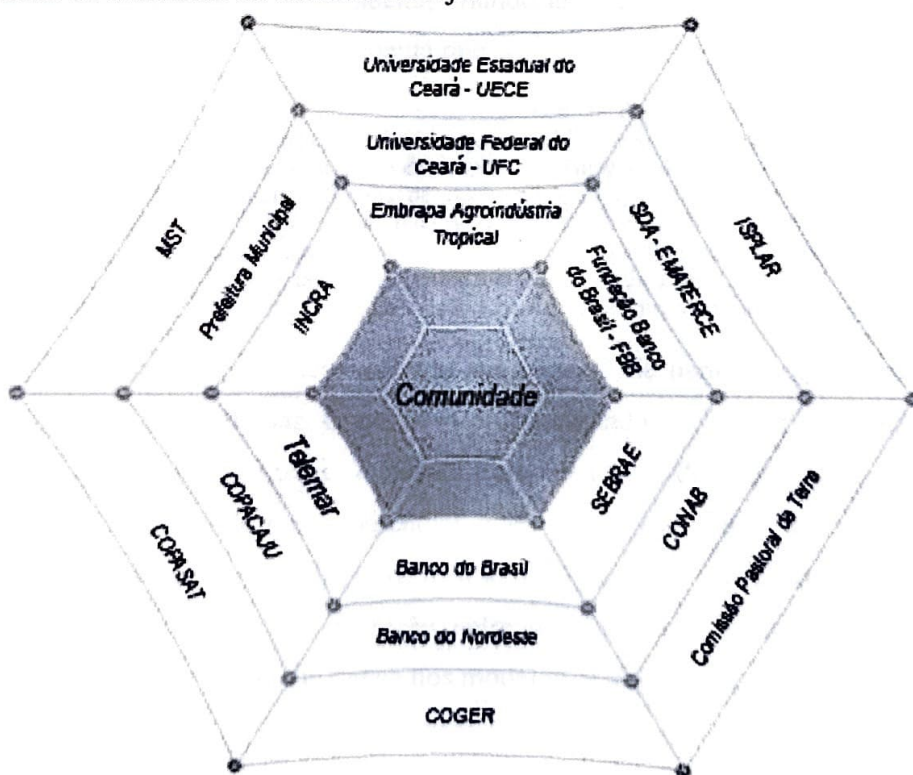


Figura 2 - Rede de Relações Sociais
no Assentamento Che Guevara, Ocara-CE

A PERCEPÇÃO DOS ASSENTADOS SOBRE A REDE DE COOPERAÇÃO

As leituras que os assentados fazem sobre o seu futuro apontam cada vez mais para uma maior percepção da importância de um projeto de desenvolvimento social, tendo como base parcerias públicas e privadas, ou seja, na formulação de uma rede de parcerias que viabilizem o desenvolvimento do assentamento e principalmente da melhoria de vida da comunidade.

Os assentados têm plena consciência do processo de ascensão social, pela mudança da condição de trabalhadores meeiros e temporários para proprietários, pela melhoria no acesso a saúde, transporte, educação formal, treinamento e capacitação profissional e informação. A expectativa para crescer apóia-se na organização do Assentamento e nas parcerias.

A comunidade tem a percepção da importância das “associações” e o mais importante, é que tem consciência que elas contribuem para criação de uma identidade coletiva, pois possibilita a construção e reconstrução do “espaço público”, o que vem a viabilizar a inserção e a movimentação dentro de um campo político. O espaço criado pelas parcerias que possibilitam a criação de uma tríade baseada na diversidade de idéias, no debate e na inserção social, criando assim, outras formas de sociabilidade, Nesse contexto, Neves (1997), comenta que:

Nesse processo de mudanças mediadas, os *assentados* devem se integrar a práticas e reflexões que possibilitam a interiorização de uma nova imagem de si mesmo e de novas representações do mundo. Deve colocar em prática outras formas de ressocialização e corresponder às possibilidades e às exigências de integração em totalizações específicas, expressivas do espaço de ação onde se torna possível a contribuição dos mediadores. E por tudo isto, também aí reside a importância do estudo das redes de interligação, dos princípios de afiliação e de referência que vem sendo tecidos.

A comunidade tem desenvolvido sua capacidade para interagir com os novos conhecimentos e tecnologias. O que tem proporcionado que sejam implantadas novas atividades produtivas. Inclusive com ultrapassagem de obstáculos, resolvendo problemas e descobrindo novas potencialidades para o assentamento. A construção de redes de cooperação foi a porta para o desenvolvimento local, visto que ela trouxe a possibilidade de promover a interação entre diversos grupos sociais com interesses comuns, possibilitando uma mudança nos modelos de decisão e gestão no espaço rural.

Estudos realizados por Araújo *et al.* (2007), apontam que o elevado grau de Capital Social no Assentamento Che Guevara, é em função do alto índice de organização, confiança, cooperação, iniciativa, solidariedade e participação social.

Podendo-se afirmar que os resultados positivos e sustentáveis que viabilizam o desenvolvimento do Assentamento Che Guevara, pode ser a presença na comunidade de um sistema de organização que garante as mudanças necessárias para a melhoria da qualidade de vida dos assentados. O funcionamento desse sistema só é possível a partir de uma rede de cooperação presente e, principalmente, do interesse da comunidade em mudar sua realidade local com novas perspectivas econômicas, sociais e culturais e ambientais.

Segundo os assentados, o arranjo de parcerias que atua no assentamento, possibilitou a saída de uma situação de vulnerabilidade e, atualmente, observa-se uma reestruturação das formas de organização e cooperação, que levaram à construção de uma nova ordem local, voltada aos interesses de um novo empreendimento. Essa reestruturação, é definida por Soja (1993) da seguinte forma: *“em seu sentido amplo, transmite a noção de uma 'fredda', senão de uma ruptura nas tendências seculares, e de uma mudança em direção a uma ordem e uma configuração significativamente diferente da vida social, econômica e política”*.

Também é importante salientar a visão de cooperação social no Assentamento, pois quando a comunidade foi contemplada com uma Ilha Digital ponderou que a instalação no assentamento atenderia somente a eles, e ao passo, que a mesma fosse instalada na sede do Distrito de Serragem, atenderia a toda a comunidade do distrito e adjacências. O que demonstra o elevado grau de sociabilidade dos assentados, com seu entorno.

Os próprios assentados, reconhecem que as experiências e os conhecimentos adquiridos, tanto através das parcerias como com os técnicos das diversas organizações que agem no assentamento lhe proporcionaram um novo modelo de reprodução social, no qual são conscientes que devem produzir em quantidade e qualidade para atender a demandas que lhe são solicitadas.

Na verdade hoje observam-se a presença de novos sujeitos, com grandes objetivos, voltados ao mercado e a modernização, o que vem a expressar esse novo

modelo social de empreendedorismo é a vontade de crescer com respeito e dignidade. Martins (2003), define muito bem esse novo sujeito, quando diz:

É, sem dúvida um sujeito orientado para o moderno, voltado para o mercado e para modernização. Sua luta é mais uma luta pela inserção na economia moderna e globalizada e nos seus benefícios econômicos e sociais, do que para refluir ao modo de subsistência. Trata-se no fundo, de um trabalhador-empresendedor [...] Um sujeito cuja ação é orientada pelos valores da economia moral e pelo primado da família nos benefícios da atividade econômica.

Os assentados afirmam que o trabalho desenvolvido, já foi possível delimitar seu espaço social, econômico e político, indo de encontro com que afirma Haesbaert (2004) em que: “não há indivíduo ou grupo social sem território, quer dizer, sem relação de dominação e/ou apropriação do espaço, seja ela de caráter predominantemente material ou simbólico”. Pois nessa perspectiva já delimitaram seu espaço, ainda segundo o autor, onde discuti a relação de apropriação e dominação do espaço afirma que:

O território envolve sempre, ao mesmo tempo [...] uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de “controle simbólico” sobre o espaço onde vivem e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos.

Para o Gerente da minifábrica e assentado Raimundo Soares da Silva, as parcerias existente no assentamento criaram e implantaram um modelo de desenvolvimento diferente daquele existente no passado, em suas palavras:

Por meio do conhecimento que tivemos com todos os parceiros, aprendemos que ninguém trabalha sozinho, somente essa Rede Social montada aqui no Che Guevara, possibilitou um desenvolvimento para as famílias, com o aumento da renda. Cada parceiro, trabalhando dentro da sua área de conhecimento, proporcionou a nós, uma melhor qualidade de vida, e uma inserção social, que antes não tínhamos, hoje nos consideramos cidadãos.

CONCLUSÃO

O Assentamento Che Guevara, antes da presença dos organismos públicos: Federais, Estaduais e Municipais, ONG's, e Empresas privadas mantinha um estado de estagnação socioeconômica. Com os assentados sobrevivendo apenas da agricultura de subsistência e de pequenos serviços no entorno do assentamento. Por meio de parcerias, foi alterada a forma de organização social, provocando uma nova dinâmica na economia local, e assim inserindo os assentados no cenário sócio e econômico do município.

Como o Assentamento está inserido em uma região que predomina a cajucultura, proporcionou que os assentados melhor se apropriassem dos benefícios econômicos gerados.

Pode-se afirmar que o processo de consolidação daqueles assentados como Agricultores Familiares foi possível através de crédito financeiro e integração dos órgãos de assistência técnica, ensino, pesquisa e desenvolvimentos.

Como consequência dessas parcerias, os assentados conseguem produzir para além da subsistência, inclusive conseguindo um nível de comercialização de produtos com valor agregado. No caso, a produção de amêndoas para o consumo nacional e internacional e a venda do pedúnculo do caju (fruto) consumido "in natura". Resultando que continua a comercialização de pedúnculo para empresas de sucos do Estado, e a produção de ração do bagaço do caju, para alimentação animal, que além de alimentarem os próprios animais do assentamento, ainda possibilita a venda a outros criadores.

De modo geral, a implementação do assentamento Che Guevara possibilitou a geração de um maior dinamismo no espaço rural, foram construídas ou recuperadas estradas para acessos a outras pequenas e médias unidades familiares, a ampliação da rede de energia elétrica rural, instalação de rede telefônica com telefones tipo orelhões visando facilitar a comunicação, a instalação de postos de saúde para a população rural, criação de escolas. Implantou-se uma nova dinâmica sócio-econômica no interior do assentamento, desse modo a construção de um espaço rural e social dinâmico.

Os Agricultores Familiares desse assentamento organizaram-se, visando fortalecer o dinamismo interno das atividades rurais e assim consolidar uma identidade local entre os assentados. Ficando evidente as alterações que aconteceram diversos segmentos do município. Àqueles assentados tem plena consciência de que as dificuldades encontradas serviram como experiência para fortalecê-los.

O êxito das famílias assentadas no Assentamento Che Guevara, serve de modelo para que outros assentamentos venham a contemplar outros espaços estagnados pela falta de organização, confiança, cooperação, iniciativa, solidariedade, e participação social, diminuindo as diferenças sociais e econômicas.

Nessa perspectiva, todo projeto de assentamento deve buscar assimilar o Capital Social e o trabalho em Rede de Relações Sociais, visando à viabilidade social e econômica, conjugando produtividade com desenvolvimento territorial, qualidade, eficiência e eficácia. Criando assim, condições para que o modelo de desenvolvimento agrícola possa ser modificado introduzindo e re-introduzindo novas práticas, novas tecnologias e novas formas de relacionamento. Tudo isso leva os atores sociais do campo a terem o resgate das suas identidades e dos seus direitos fundamentais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, J.B.C.; PIMENTEL, J.C.M.; PAIVA, F.F. de A.; MARINHO, F. de A. Elementos constitutivos de Capital Social e Desenvolvimento Local nos Projetos de Assentamento Che Guevara e Santa Bárbara, no Estado do Ceará. In: **VII CONGRESSO BRASILEIRO DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO: Agricultura familiar, políticas públicas e inclusão social: anais. 2007**, Fortaleza: Banco do Nordeste, 2007. CD-ROM.

BERGAMASCO, S. M e NORDER, L. A. C. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo, Brasiliense, 1996.

BOURDIEU, P. The forms of capital. In: RICHARDSON, J.G. (Ed.). **Handbook of theory and research for sociology of education**. New York: Greenwood, 1980.

COPASAT. **Plano de desenvolvimento sustentável do projeto de assentamento São José II – Ceará**. (Assentamento Che Guevara). Ocara: COPASAT. 2001.

FERRANTE, V. L. S. B. **Assentamentos rurais e agricultura regional: contrapontos e ambigüidades. Contextualizar é preciso**. Internet: <<http://www.ufpe.br/~debarros/vferrante.html>> acessado em 10/12/2007.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993. 295p.

HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HOLANDA, F.U.X. de. Mudancismo e Conservadorismo no Ceará: **O Desenvolvimento Rural na Era Jereissati (1986-2002)**. Fortaleza, FKA, 2006.

INCRA. **II Programa Nacional de Reforma Agrária**. Disponível na Internet. <http://www.incra.gov.br/>. 2008.

JARÁ, C. J. **A Sustentabilidade do Desenvolvimento Local**. Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA): Recife: Secretaria do Planejamento do Estado de Pernambuco-Seplan, 1998.

MANÇANO, B. MST. **Formação e territorialização em São Paulo**. São Paulo, HUCITEC, 1989.

MARTINS, J. de S. **O Sujeito Oculto**. Porto Alegre. UFRGS, 2003. 238 p.

MEDEIROS, L. S. et al. **Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. 1 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2004. 392 p.

MELO NETO, F. de P. e FROES, C. **Empreendedorismo Social**. Rio de Janeiro. Qualitymark, 2002.

NEVES, D.P. **Assentamento Rural: reforma agrária em migalhas**. Niterói: EDUFF; 1997. 436 p.

PUTNAM, R. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**, FGV, Rio de Janeiro. 1996.

PUTNAM, R. Bowling Alone: America's Declining Social Capital. In: **Journal of Democracy**. Janeiro, vol. 6, n. 1. 1995.

SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de; SILVEIRA, M. L. (Org.). **Território: globalização e fragmentação**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC-ANPUR, 1996. p.15-20.

SOJA, E. **Geografias Pós-Modernas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

VILELA, M. de F.; COELHO, F.M.G.; SOARES, V.P.; PEREIRA, R. de A. Espaço, Território e Fronteira: o significado e a interpretação dos mapas. P. 31-39. In: **O homem, o tempo e o espaço em terras da reforma agrária**. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2007. 98p.